

Silva, Sandro Pereira; Bernardes, Isabella Guimarães

Working Paper

Mapeamento e análise da pesquisa acadêmica sobre o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) no Brasil

Texto para Discussão, No. 3141

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Silva, Sandro Pereira; Bernardes, Isabella Guimarães (2025) : Mapeamento e análise da pesquisa acadêmica sobre o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) no Brasil, Texto para Discussão, No. 3141, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td3141-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/331356>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

**MAPEAMENTO E ANÁLISE DA
PESQUISA ACADÊMICA SOBRE O
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE
SERVIÇO (FGTS) NO BRASIL**

**SANDRO PEREIRA SILVA
ISABELLA GUIMARÃES BERNARDES**

**MAPEAMENTO E ANÁLISE DA
PESQUISA ACADÊMICA SOBRE O
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE
SERVIÇO (FGTS) NO BRASIL**

SANDRO PEREIRA SILVA¹

ISABELLA GUIMARÃES BERNARDES²

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e diretor do Departamento de Gestão de Fundos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
E-mail: sandro.pereira@ipea.gov.br.

2. Agente administrativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
E-mail: isabella.bernardes@trabalho.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura (substituto)**

PEDRO CARVALHO DE MIRANDA

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA

Diretora de Estudos Internacionais

KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Silva, Sando Pereira

Mapeamento e análise da pesquisa acadêmica sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no Brasil / Sandro Pereira Silva, Isabella Guimarães Bernardes. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025.

35 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3141).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. FGTS. 2. Políticas Públicas. 3. Proteção Social. 4. Financiamento Habitacional. 5. Direitos Trabalhistas. I. Bernardes, Isabella Guimarães. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 331.255

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

SILVA, Sandro Pereira; BERNARDES, Isabella Guimarães. **Mapeamento e análise da pesquisa acadêmica sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2025. 35 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3141). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3141-port>

JEL: J08; G20; H54.

As publicações do Ipea estão disponíveis para **download** gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	6
2 CRIAÇÃO E PANORAMA HISTÓRICO DO FGTS.....	7
3 METODOLOGIA E UNIVERSO DE ANÁLISE.....	14
4 CATEGORIAS TEMÁTICAS E CONTEÚDO ANALÍTICO	17
4.1 Financiamento habitacional.....	18
4.2 Proteção social	19
4.3 Arrecadação e saldos financeiros	20
4.4 Mercado de capitais	21
4.5 Infraestrutura urbana.....	22
4.6 Mudança institucional	23
4.7 Controle social	24
4.8 Outros	24
5 CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

SINOPSE

Este estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção científica sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no Brasil, voltado tanto para a proteção social quanto para o financiamento de infraestrutura habitacional e urbana. Para tanto, buscou-se categorizar seu escopo temático como instrumento estratégico de política pública e identificar padrões de evolução ao longo do tempo em suas múltiplas abordagens. Foram identificados noventa estudos acadêmicos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidos em instituições brasileiras de ensino superior espalhadas por todas as regiões do país, em programas de diferentes áreas do conhecimento, o que permitiu demonstrar o caráter multidimensional de funcionamento do FGTS desde sua criação em 1966.

Palavras-chave: FGTS; políticas públicas; proteção social; financiamento habitacional; direitos trabalhistas.

ABSTRACT

This study aimed to map and analyze the scientific production on the Severance Pay Guarantee Fund (FGTS) in Brazil, which is aimed at both social protection and financing housing and urban infrastructure. To this end, we sought to categorize its thematic scope as a strategic public policy instrument and identify patterns of evolution over time in its multiple approaches. We identified 90 academic studies, including master's dissertations and doctoral theses, defended in Brazilian higher education institutions spread across all regions of the country, in programs in different areas of knowledge, which allowed us to demonstrate the multidimensional nature of the FGTS's operation since its creation in 1966.

Keywords: FGTS; public policies; social protection; housing financing; labor rights.

1 INTRODUÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado em 1966, influenciado por mudanças estruturais no mundo do trabalho e pelas políticas do regime militar instaurado em 1964 (Ferrante, 1978).

Do ponto de vista econômico, o país enfrentava os desafios da industrialização acelerada, iniciada com o Plano de Metas (1956-1961) e continuada com o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), implementado em 1964. Esses planos nacionais visavam modernizar a infraestrutura e expandir o setor industrial, sobretudo com a atração de investimentos estrangeiros crescentes.

Contudo, o processo de transição à época trouxe tensões, como o aumento do custo de vida e pressões inflacionárias, que impactaram as relações de trabalho e intensificaram os movimentos reivindicatórios por melhores condições salariais e de segurança no emprego.

Esse período foi marcado também por crescente urbanização e migrações internas, com grande contingente de trabalhadores deixando o campo em direção às cidades, atraídos pelas oportunidades no setor industrial. A concentração populacional nas áreas urbanas intensificou as demandas por habitação, saneamento e infraestrutura, gerando pressão sobre as políticas públicas.

O FGTS surge então nesse contexto de transformações socioestruturais no país, e despertou desde o início uma miríade de interesses sobre o controle da destinação de seus recursos. Isso porque, além de seu caráter normativo de fundo para indenizações trabalhistas, ele proporcionou a mobilização de um vultoso montante de recursos que serviria de base financeira para diversas áreas de investimento público e privado, em especial no setor habitacional e em projetos de infraestrutura urbana – saneamento básico e transporte – cada vez mais demandados à época.

Toda essa complexidade institucional fez com que o FGTS se tornasse, ao longo de quase sessenta anos de existência, um instrumento de grande valor estratégico para o desenvolvimento nacional. Tal importância tem se refletido também no campo acadêmico, uma vez que ele tem sido objeto de inúmeras pesquisas em programas de pós-graduação no país, abordando as mais diferentes possibilidades de análise que sua operacionalização proporciona. Esse contingente de pesquisas possui grande valor para a compreensão mais pormenorizada de todo esse processo desencadeado pelo

TEXTO para DISCUSSÃO

FGTS, suas virtuosidades e ambiguidades, além de auxiliar na compreensão do próprio processo recente de desenvolvimento nacional.

Com base em tal panorama, este estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção científica sobre o FGTS no Brasil em suas múltiplas abordagens, ao categorizar seu escopo temático e identificar padrões de evolução ao longo do tempo. Assumiu-se como pressuposto que o caráter multidimensional do seu arranjo institucional contribui para o interesse de pesquisadores em diferentes áreas disciplinares do conhecimento, de modo a reforçar seu potencial de destaque na relação entre capital e trabalho no país, mediado pelo poder estatal.

Para tanto, foi realizada uma busca, seguida de uma revisão sistemática de bibliografia (análise bibliométrica e bibliográfica), em teses e dissertações defendidas nas instituições de ensino superior brasileiras que abordam, direta ou indiretamente, o funcionamento do FGTS. Com isso, pretende-se contribuir para a reflexão sobre a relevante interface entre proteção social, infraestrutura urbana e desenvolvimento econômico que se molda em torno do fundo, ao traçar o “estado da arte” da pesquisa acadêmica sobre essa temática, além de instigar novos questionamentos para projetos futuros.

O texto segue disposto em cinco seções, contando com esta introdução. A seção 2 apresenta um panorama histórico do FGTS, com destaque para seus marcos normativos fundamentais e as estratégias operacionais utilizadas ao longo do tempo. A seção 3 apresenta a metodologia de análise proposta, bem como o universo de estudos acadêmicos identificados. Na seção 4, são listadas e discutidas as categorias analíticas formuladas a partir desses estudos, tentando identificar padrões e a cobertura investigativa. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

2 CRIAÇÃO E PANORAMA HISTÓRICO DO FGTS

O FGTS foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, como um mecanismo híbrido de intervenção que visava atender simultaneamente aos interesses dos empregadores, trabalhadores e do governo. Para os empregadores, o FGTS se tornou uma alternativa à estabilidade decenal, prevista no art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1943, que garantia ao trabalhador o direito à manutenção no emprego após dez anos de serviço em uma mesma empresa, sendo possível sua despedida somente em casos de falta grave cometida, após inquérito judicial.¹

1. Sales (2006) aponta a criação do FGTS como marco inicial da flexibilização da legislação trabalhista no Brasil.

A estabilidade decenal era percebida pela classe empresarial (que em boa parte era apoiadora do regime ditatorial no país) como um entrave à flexibilidade das relações trabalhistas supostamente necessária ao crescimento econômico nacional, visto que implicava custos elevados com indenizações em caso de demissão, dificultando ajustes no quadro de funcionários. Em seu lugar foi definido um sistema de poupança compulsória, na forma de um fundo de capitalização, em que uma porcentagem fixa do salário do trabalhador era depositada mensalmente em uma conta vinculada a fim de indenizá-lo em caso de demissão ou outras situações em que dispuser a lei (Barbosa, Foguel e Bilo, 2017; Oliveira, 1999).² Se, por um lado, essa medida permitiu reduzir custos trabalhistas, por outro, ao aumentar a flexibilidade para demissões, facilitou a elevação da rotatividade do emprego.

Para os trabalhadores com contratos de trabalho regidos pela CLT, o FGTS representava uma garantia financeira a partir do patrimônio financeiro acumulado ao longo do tempo com o depósito mensal feito pelo empregador de 8% do respectivo salário (2% no caso de contratos de menor aprendiz), sujeito à correção monetária e capitalização dos juros. Embora esse valor fosse depositado em uma conta vinculada, o trabalhador não possuía a liberdade de movimentá-la livremente.³ O saldo apenas poderia ser sacado em casos específicos, como demissão sem justa causa, aposentadoria ou aquisição da casa própria. Vale lembrar que apenas uma pequena parcela da força de trabalho do país atingia o tempo necessário para alcançar a estabilidade em seus vínculos de emprego, o que facilitou a adesão por parte dos empregados.⁴

Para o governo, o FGTS tornou-se importante fonte de recursos para financiar projetos de infraestrutura e, fundamentalmente, políticas habitacionais. Os recursos acumulados pelo fundo contribuíram para o desenvolvimento e a urbanização nas grandes cidades, atendendo a uma forte demanda advinda da migração rural-urbana,

2. Portanto, estabilidade e indenização possuem naturezas distintas. Enquanto a estabilidade protege a relação de trabalho, impondo limites à rescisão contratual após dez anos, a indenização tem como premissa a possibilidade de haver dispensa imotivada do empregado mediante um determinado pagamento.

3. “O empregado só seria realmente titular do saldo do FGTS quando reunisse as condições de sacá-lo, pois muitas intercorrências poderiam impedir que se consumasse a transferência do dinheiro para sua propriedade: ele poderia morrer sem deixar dependentes, perdendo tudo, ou ser despedido por justa causa, ficando sem a correção monetária e juros, o que provavelmente também consumiria quase todo o valor” (Cruvinel Filho, 2019, p. 32).

4. Segundo Martins (2006, p. 10)), apenas 15% dos empregados eram estáveis nos trinta anos anteriores. Se forem consideradas apenas as empresas mais novas, com até quinze anos de funcionamento, esse percentual cai para 1%. Com isso, embora tenha a pretensão de proteger o trabalhador, a estabilidade poderia até mesmo prejudicá-lo, “pois normalmente ele era dispensado antes de atingir dez anos de empresa, justamente para não adquiri-la”.

TEXTO para DISCUSSÃO

muito em função do processo de modernização agrícola conservadora e baseada na alta concentração fundiária no país. Sua operacionalização ficou a cargo do Banco Nacional de Habitação (BNH), que havia sido criado em agosto de 1964 para a base de um Sistema Financeiro Habitacional (SFH), que dava incentivos financeiros para a indústria de construção civil (Amaral Filho e Vaz, 2021; Carvalho e Pinheiro, 1999; Mendonça *et al.*, 2018). Conforme ressaltado por Valeriano (2008), o FGTS foi o primeiro grande fundo público, ainda que de caráter privado, criado para estimular o crescimento econômico no Brasil.

Em 1967, ano seguinte à sua criação, o FGTS obteve *status* constitucional (art. 158, XIII, da Carta Constitucional de 1967), tornando facultativo ao trabalhador optar entre a estabilidade decenal, com indenização nos termos da lei em caso de dispensa imotivada, e fazer jus a um fundo de garantia proporcional ao tempo de trabalho e ao salário recebido. Contudo, estudiosos indicam que se tratava de uma falsa escolha, pois caso o trabalhador optasse pela estabilidade decenal dificilmente obteria o emprego, dada a preferência dos empregadores pelo novo sistema (Barros, 2017).

Com o tempo, o FGTS passou por um processo de consolidação e expansão de suas funcionalidades. Durante os anos 1970, em um contexto de crescimento econômico acelerado, conhecido propagandisticamente como “milagre econômico”, o governo ampliou o uso desses recursos para financiar projetos de saneamento básico, consolidando-o como um dos pilares do planejamento estatal. Além disso, o governo utilizou o fundo para promover a inclusão de trabalhadores no sistema financeiro, fortalecendo as bases do sistema bancário nacional.

Apesar de sua relevância econômica e social, o FGTS também se tornou alvo de ambiguidades e disputas de interesse. Trabalhadores muitas vezes criticavam a dificuldade de acesso aos recursos, enquanto setores empresariais pressionavam por condições mais flexíveis para realizar a contribuição. Além disso, houve questionamentos sobre a eficiência e a transparência na sua gestão, particularmente em relação ao uso político dos recursos. Como consequência, foram promulgados vários decretos e leis complementares para expandir as possibilidades de saque e introduzir novas regras de gestão.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988, art. 7º, III), o FGTS foi elevado ao *status* de direito social, deixando de ser optativo para consolidar sua posição como instrumento estatal de proteção ao trabalhador e financiamento

de políticas públicas.⁵ A CF/1988 reafirmou a importância do fundo como mecanismo de proteção financeira para trabalhadores, bem como alicerce para o desenvolvimento econômico e social do país.

Desde então, o FGTS continuou a evoluir para atender às demandas de uma sociedade em transformação, mantendo sua complexidade configurativa em termos de destinação. Nas palavras de Delgado (2016, p. 1417):

o FGTS é um instituto de natureza multidimensional, complexa, com preponderante estrutura e fins justrabalhistas, os quais se combinam, porém, harmonicamente, a seu caráter de fundo social de destinação variada, tipificada em lei. Por isso associa traços de mera figura trabalhista com traços de figura afeta às contribuições sociais, formando, porém, instituto unitário.

Uma das mudanças mais relevantes em seu arcabouço normativo veio com a promulgação da Lei nº 8.036/1990, que substituiu a legislação anterior e consolidou o FGTS como um fundo de natureza social e financeira. Essa lei ampliou as situações de saque, incluindo, além da dispensa imotivada, casos de doenças graves e desastres naturais. A lei também estabeleceu novos mecanismos para fortalecer a gestão e a fiscalização dos recursos, ao criar a figura do Conselho Curador do FGTS. Trata-se de um colegiado tripartite, composto por integrantes de entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do governo federal, que exerce a função de instância máxima de gestão e administração do fundo.⁶ A lei também estabeleceu a Caixa Econômica Federal (Caixa) como agente operador dos recursos do fundo, função que já vinha exercendo desde a falência do BNH em 1986.

Porém, ao longo dos anos 1990 surgiram desafios significativos devido às crises econômicas que impactaram o Brasil, como o Plano Collor, a instabilidade cambial e até mesmo suspeitas de corrupção. Em decorrência disso, chegou-se ao extremo com a paralisação de financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995. A retomada ocorreu somente após alterações na política habitacional, com a divulgação de novos programas voltados ao cliente final, e não mais com foco apenas em projetos imobiliários (Bonduki, 2008; Casaccia, 2019).

5. Nas Constituições Federais de 1967 (art. 157, XII) e de 1969 (art. 165, XIII), o direito à estabilidade conviveu com a indenização e com o FGTS. Com a CF/1988, a previsão de estabilidade decenal foi extinta.

6. O Conselho Curador do FGTS é presidido pelo ministro de Estado do Trabalho ou representante por ele indicado. Ele é composto de seis representantes do governo, escolhidos entre ministérios-chave para a operacionalização do fundo, bem como de seis representantes dos trabalhadores e outros seis dos empregadores, indicados por suas respectivas entidades de representação.

TEXTO para DISCUSSÃO

Com vistas a incentivar a habitação popular, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), em 2001, para financiar a aquisição de empreendimentos prontos e a serem construídos (ou reparados) para fins de arrendamento residencial com o exercício da opção de compra ao final do contrato. Posteriormente, no contexto de respostas do governo federal à crise econômica global de 2008, surgiu o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), inicialmente por meio da Medida Provisória (MP) nº 459/2009, consolidada depois na forma da Lei nº 11.977/2009. Desde então, o MCMV assumiu grande relevância na política habitacional brasileira, tendo o FGTS como seu principal instrumento propulsor. O Ministério das Cidades, responsável pela execução do programa, também exerce a função de gestor da aplicação do fundo (Diehl e Trennepohl, 2011).

Pelas regras de movimentação das contas vinculadas, os trabalhadores podem usar seu saldo para pagamento de prestações ou liquidação de financiamento, ou mesmo pagamento total ou parcial, para a aquisição de casa própria no âmbito do SFH. De acordo com a faixa de renda dos demandantes, essas operações são realizadas com juros subsidiados ou com descontos de valor cobertos pelo FGTS, de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Conselho Curador.⁷ Em outras palavras, o caráter social do fundo é observado tanto na garantia de indenização em caso de perda do emprego quanto na garantia de financiamento habitacional em condições vantajosas aos trabalhadores cotistas.

Em 2007 foi criado o Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS),⁸ com prazo indeterminado, cujo objetivo foi destinar parte das disponibilidades financeiras do próprio FGTS para alavancar investimentos nos setores de infraestrutura nacional como energia, saneamento e logística (aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e hidrovias).⁹ Trata-se de um fundo que não possui personalidade jurídica e estrutura administrativa próprias, sendo a Caixa responsável pela gestão e administração dos recursos, bem como por representá-lo judicialmente. O FI-FGTS foi um instrumento importante para

7. Vale lembrar que, pela lei, os recursos do FGTS devem ser aplicados em habitação, saneamento básico e infraestrutura, com mínimo de 60% do orçamento destinado à habitação popular.

8. Instituído pela Lei nº 11.491/2007 e, no âmbito infralegal, é disciplinado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 462/2007 e pela Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 1.059/2022.

9. Segundo Alves (2023, p. 10), a singularidade do FI-FGTS repousa em dois aspectos fundamentais: “1) mecanismo de mobilização de capital baseado em poupança compulsória parafiscal, já que usa parte dos recursos que são obrigatoriamente descontados dos salários dos empregados formais (até 80% do patrimônio líquido do FGTS), sem relação com o orçamento da União; 2) política de investimento por meio de participação (*equity*) ou operações de dívida (*debêntures*), ambas do mercado de capitais [inclusive mediante aquisição de cotas de fundos de investimento]”.

o governo federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com grande volume de recursos mobilizados em diversos projetos, inclusive sob a forma de parcerias público-privadas (PPPs). Outro objetivo com esses investimentos era auferir maior rentabilidade para os recursos do FGTS, uma vez que o retorno financeiro esperado era superior aos índices de remuneração das contas vinculadas (Alves, 2023; Cubero e Mendonça, 2020; Silva, 2019).¹⁰

Uma das iniciativas mais marcantes das últimas décadas foi introduzida pela Lei nº 13.932/2019, com a criação da modalidade de saque-aniversário. Essa modalidade permite que o trabalhador saque uma parcela do saldo de sua conta do FGTS anualmente, como alternativa ao saque integral em caso de demissão sem justa causa. Apesar de ampliar as possibilidades de uso do FGTS, essa mudança gerou controvérsias, porque bloqueia o acesso ao saldo total em situações de desemprego, além de comprometer o fluxo de caixa do fundo para o financiamento das políticas habitacionais e de infraestrutura urbana.

Outro marco importante foi a ampliação do uso do FGTS para financiar setores estratégicos da economia, inclusive com a aplicação de recursos do FGTS em projetos de grande escala, como o financiamento de obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Essa diversificação reforçou a função pública do fundo, mas também gerou críticas sobre a priorização de interesses corporativos em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

O FGTS também tem sido alvo de disputas políticas e jurídicas, especialmente em relação à rentabilidade dos cotistas e à destinação dos recursos. A Lei nº 8.036/1990 definiu como parâmetros para a remuneração das contas vinculadas a seguinte fórmula: Taxa Referencial (TR) + 3% ao ano. Com isso, a rentabilidade torna-se menor que a de outros fundos privados, para que possa viabilizar a aplicação de recursos nas áreas também definidas em lei, de modo a cumprir seus objetivos sociais de subsídio à aquisição da casa própria para os trabalhadores e estímulo ao investimento em infraestrutura urbana. A menor rentabilidade, por sua vez, é em parte compensada pelo menor risco de mercado no retorno das aplicações, uma vez que é garantido pelo governo federal (Dieese, 2007; 2022).

10. A política de investimento do FI-FGTS é proposta por um colegiado denominado Comitê de Investimento (CI), cuja composição, modo de funcionamento e procedimentos deliberativos são estabelecidos pelo Conselho Curador. O CI dispõe de assessoramento técnico da própria burocracia da Caixa, administradora do fundo (Silva, 2019).

TEXTO para DISCUSSÃO

Com a Lei nº 13.446/2017, houve uma alteração na sistemática de remuneração das contas, quando parte do resultado positivo auferido no exercício contábil (em percentual a ser definido pelo Conselho Curador) passou a ser distribuída aos trabalhadores cotistas, mediante depósitos que observam a proporcionalidade em relação ao saldo de cada conta, a ocorrer no mês de agosto subsequente. Tal procedimento permitiu, por um lado, elevar as taxas anuais de rendimento das contas; por outro, compromete as disponibilidades orçamentárias a serem destinadas às linhas de financiamento tradicionais (Silva, 2019).

Em 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou debates sobre a revisão da correção monetária do FGTS, destacando a importância do fundo no equilíbrio entre interesses individuais e coletivos. Destaque para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.090, cujo parecer final indicou que a remuneração anual das contas vinculadas não pode ser inferior à inflação acumulada no ano de referência, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os dados sobre a execução orçamentária do FGTS indicam sua relevância como fonte de financiamento para políticas públicas. Em 2020, por exemplo, o fundo foi essencial para mitigar os impactos da pandemia de covid-19 sobre a economia e o mercado de trabalho nacional,¹¹ com a liberação de saques emergenciais e o uso dos recursos em programas habitacionais e de saneamento. Além disso, o Conselho Curador tem desempenhado um papel central na definição das prioridades de investimento, equilibrando as demandas sociais com a sustentabilidade financeira do fundo.

Em termos de grandes números, o FGTS fechou 2023 com um ativo financeiro total (representado em sua maioria pelas operações de crédito) de R\$ 704,3 bilhões. Por sua vez, o passivo encerrou o ano em R\$ 578,5 bilhões, composto basicamente pelo saldo das contas vinculadas (130,1 milhões de contas ativas e 85,3 milhões de contas inativas). Logo, seu patrimônio líquido foi da ordem de R\$ 125,8 bilhões, boa parte investida em títulos públicos, o que possibilita uma rentabilidade superior ao índice que remunera seu passivo, garantindo a manutenção de taxas de juros mais baixas nas operações de crédito para habitação, saneamento e mobilidade urbana (Caixa, 2024).

Portanto, o FGTS segue desempenhando um papel estratégico no Brasil como mecanismo de proteção ao trabalhador, cujo foco social expressa sua essência no ordenamento jurídico brasileiro (Souza, 2015), assim como instrumento de política

11. Sobre impactos da pandemia no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil, ver Silva, Corseuil e Costa (2022).

pública, refletindo as complexas dinâmicas entre Estado, mercado e sociedade. As mudanças normativas e operacionais ao longo das quase seis décadas de existência demonstram sua capacidade de adaptação às transformações econômicas e sociais, embora persistam desafios relacionados à sustentabilidade e ao equilíbrio entre os interesses envolvidos.

3 METODOLOGIA E UNIVERSO DE ANÁLISE

Para este estudo, realizou-se inicialmente um levantamento bibliográfico e bibliométrico na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre a produção acadêmica que aborda, direta ou indiretamente, a temática do FGTS em instituições brasileiras de ensino superior. Optou-se por limitar a busca a teses e dissertações por considerá-las os principais insumos para outras publicações em livros e periódicos científicos.

A seleção inicial dos textos se deu com base nos seguintes descritores: “fundo de garantia do tempo de serviço” ou “FGTS”, contidos no título, palavras-chave ou resumo, conforme sintetizado no quadro 1.

QUADRO 1

Critérios iniciais de busca para a pesquisa

Critério	Descrição
Elemento de busca	“Fundo de garantia do tempo de serviço” ou “FGTS”
Tipo de publicação	Teses de doutorado e dissertações de mestrado
Inserção da busca	Título, resumo, palavras-chave
Área de conhecimento	Irrestrita
Abrangência temporal	Irrestrita (até a data da última consulta, em 21/1/2025)

Elaboração dos autores.

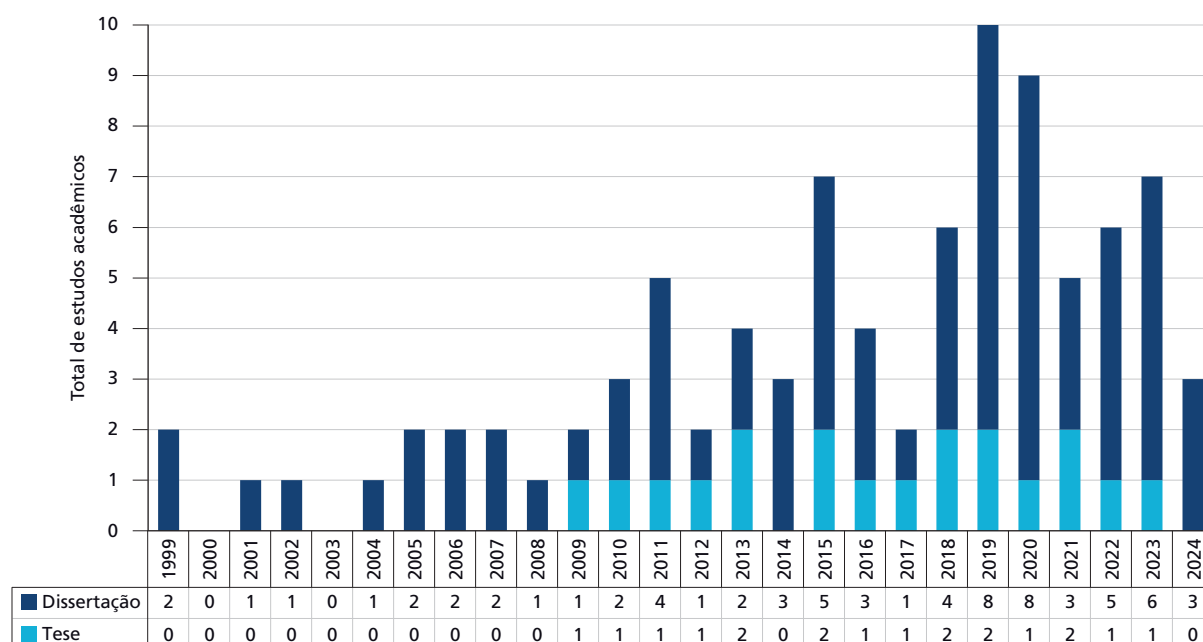
Foram encontradas, na primeira rodada de buscas, 108 publicações. Após uma conferência individual, 90 delas apresentavam o enfoque para o objetivo proposto (71 dissertações de mestrado e 19 teses de doutorado), sendo então selecionadas para a análise pretendida. Em termos de abrangência temporal, as publicações se situam entre 1999 (ano do primeiro texto identificado) e 2024, configurando, portanto, mais de duas décadas de produção científica. Todos os textos identificados são listados ao final na seção referências.

TEXTO para DISCUSSÃO

O gráfico 1 demonstra a evolução dessas publicações. Por ele, nota-se que os anos de 2019 e 2020 foram os que registraram o maior número de publicações, com oito dissertações e uma tese em ambos. Apenas em 2000 e 2003 não houve ocorrência de publicações. Em complemento, a tabela 1 indica as instituições de ensino superior e os cursos em que foram realizados esses estudos. Foram ao todo 39 instituições diferentes, públicas e privadas, de várias Unidades Federativas contemplando as cinco regiões brasileiras, sendo a Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹² aquela com mais registros, quatorze estudos, seguida pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com nove e sete estudos, respectivamente. No tocante aos cursos, foram identificadas ao menos 22 áreas e subáreas de conhecimento, com destaque para economia (29 estudos), administração (18) e direito (16). Esses números demonstram o quanto o FGTS tem se revelado um objeto de pesquisa não apenas multidisciplinar, mas também despertado o interesse de pesquisadores e estudantes de diversas partes do país.

GRÁFICO 1

Distribuição temporal do número de publicações identificadas (1999-2024)



Elaboração dos autores.

12. Considerando conjuntamente as unidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

TABELA 1

Instituições de ensino superior e áreas de conhecimento da produção acadêmica sobre o FGTS
(Em números absolutos)

Instituições de ensino superior	Total	Áreas de conhecimento	Total
FGV	14	Economia	29
USP	9	Administração	18
PUC-SP	7	Direito	16
Instituto de Direito Público (IDP)	7	Engenharias e arquitetura	6
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	4	Contabilidade e controladoria	3
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	3	Ciências florestais e gestão ambiental	3
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	3	Geografia e gestão do território	3
Universidade de Brasília (UnB)	3	Ciências sociais	3
Outras	40	Outras	9

Elaboração dos autores.

Para a análise conjunta dos estudos acadêmicos, buscou-se caracterizá-los de acordo com as metodologias adotadas por seus autores, dividindo-as entre aquelas com abordagem qualitativa, mista e quantitativa. Conforme observado, a maioria partiu de análises de natureza qualitativa, com 34 registros (46,6% do total); enquanto 26 (35,6%) optaram pela quantitativa; e 13 (17,8%), pela abordagem mista. Entre os textos com abordagem qualitativa, predominam aqueles baseados em estudos de caso de caráter exploratório, descritivo ou comparativo, com análise bibliográfica, de conteúdo e mapeamento institucional. Entre aqueles com abordagem quantitativa, a maioria envolveu inferências estatísticas a partir de tabulações de dados primários (*survey*) e secundários, com base em técnicas de insumo-produto, análise de viabilidade econômica, regressões lineares e logísticas, entre outras.

Em termos de distribuição regional das instituições de ensino em que os estudos foram publicados, a maioria se concentra na região Sudeste, com 46 (63,1%), e apenas o estado de São Paulo respondeu por 28 delas, sendo oito teses de doutorado. A região Centro-Oeste veio em seguida com dez publicações, todas elas no formato de dissertação de mestrado em instituições de Brasília. A tabela 2 expõe essa distribuição por região.

TEXTO para DISCUSSÃO

TABELA 2

Número de publicações por região brasileira

Regiões	Dissertações	Teses	Total	%
Sudeste	36	10	46	63,1
Centro-Oeste	10	0	10	13,7
Nordeste	7	2	9	12,3
Sul	5	2	7	9,5
Norte	1	0	1	1,4
Total	59	14	73	100,0

Elaboração dos autores.

4 CATEGORIAS TEMÁTICAS E CONTEÚDO ANALÍTICO

No intuito de obter uma visão mais detalhada da multiplicidade de fatores debatidos, procurou-se classificar os principais objetos de análise nos textos em um exercício de categorização temática, com base na definição de um assunto central para cada um deles. Nos casos mais difíceis de definir um assunto específico, o esforço foi no sentido de classificá-los no tema em que possuem maior aderência quanto ao seu conteúdo.

A leitura dos textos permitiu realizar a identificação e o seu agrupamento em oito categorias temáticas, conforme demonstrado na tabela 3, com suas respectivas referências. Como é possível observar, o FGTS se insere de diversas formas nessas categorias, com distintos graus de associação. Feita essa categorização, segue um mapeamento sintético dos conteúdos identificados nas produções enquadradas em cada uma delas, como um registro orientador e referencial para futuros interesses de pesquisa.

TABELA 3**Textos organizados por categorias temáticas**

Categorias	Referências	Total	%
Financiamento habitacional	Alves (2021); Almeida (2011); Balestrini (2016); Bastos (2012); Drum (2010); Eloy (2013); Fix (2011); Gontijo (2017); Limeira (1999); Lucena (2023); Macedo (2024); Magnabosco (2011); Marques (2014); Martins (2015); Medeiros (2015); Queiroz (2012); Rossbach (2005); Royer (2009); Souza (2019); Souza (2024); Triana Filho (2006); Vasconcelos (2013).	22	24,4
Proteção social	Azevedo (2022); Brunelli (2019); Castro (2022); Cornélio (2019); Faria (2020); Ferreira (2015); Ferreira (2018); Gonçalves (2010); Lacerda (2015); Maluf (2022); Mendes (2018); Oliveira (2013); Pereira (2020); Pinto (2015); Sales (2006); Siqueira (2013); Sousa (2019); Teixeira (2018); Valeriano (2008); Vitorino (2019).	20	22,2
Arrecadação e saldos financeiros	Bandeira (2018); Carboni (2011); Casaccia (2019); Costa (2020); Leite (2022); Marques Junior (2023); Pinheiro (2004); Parente (2020); Oliveira (2020); Oliveira (2022); Pereira (2020); Santos (2017).	12	13,3
Mercado de capitais	Alves (2023); Cestaro (2023); Dametto (2021); Monteiro (2024); Sales (2022); Silva (2023); Teixeira (2014); Torres (2021).	8	8,9
Infraestrutura urbana	Amaral Filho (2021); Arantes (2007); Cavalcanti (2015); Costa (2010); Oliveira (1999); Paiva (2001); Ribeiro (2019).	7	7,8
Mudança institucional	Cruvinel Filho (2019); Cubero (2019); Locatelli (2019); Nunes (2016); Rodrigues (2016); Sena (2009); Silva (2018a).	7	7,8
Controle social	Honorato (2020); Ioris (2020); Silva (2018b).	3	3,3
Outros	Alcântara (2007); Araújo (2005); Costa (2021); Elias (2023); Imaña (2011); Lacerda (2016); Lucentini (2002); Maciel (2024); Perufo (2015); Pfeuti (2014); Scheer (2020).	11	12,3
Total		90	100,0

Elaboração dos autores.

4.1 Financiamento habitacional

A principal categoria entre as pesquisas identificadas foi a de financiamento habitacional, com 22 textos ou 24,4% do total. Essa categoria foi criada para agregar os estudos relacionados a uma das dimensões fundamentais do FGTS, que é servir de fonte de financiamento para projetos imobiliários de habitação nos municípios brasileiros.

O programa MCMV ganha destaque nessa temática. Ele é abordado como uma das principais ações do governo federal em curso para reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda no país (Martins, 2015). Alguns estudos tratam de sua execução em contextos federativos específicos, como no caso do estado do Rio Grande do Sul (Drum, 2010) e dos municípios de Araraquara-SP (Balestrini, 2016), Campina

TEXTO para DISCUSSÃO

Grande-PB (Lucena, 2023), Nova Iguaçu-RJ (Souza, 2019), Petrolina-PE (Souza, 2024) e Santa Maria-RS (Medeiros, 2015), além de análises sobre a conexão do programa com preços dos imóveis no Brasil, mais precisamente o loteamento do solo (Bastos, 2012). A relação da financeirização do fundo e histórico do mercado de crédito imobiliário também é objeto de investigação recorrente (Alves, 2021; Fix, 2011; Macedo, 2024; Roszbach, 2005), inclusive diante do desafio de universalizar o acesso à moradia digna no Brasil (Eloy, 2013; Gontijo, 2017; Royer, 2009). Marques (2014) investigou os limites tanto do FGTS quanto do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) diante das necessidades crescentes de financiamento habitacional no Brasil. Sob a ótica jurídica, Vasconcelos (2013) investigou o FGTS como instrumento estatal de garantia do direito fundamental à moradia.

Por fim, outros assuntos específicos que foram abordados: Almeida (2011) discutiu a questão habitacional brasileira a partir da problemática das desigualdades regionais e sociais; Limeira (1999) tratou da produção habitacional em dezenove capitais brasileiras entre 1967 e 1987, inclusive como as políticas trabalhistas na ditadura afetaram a classe trabalhadora; Triana Filho (2006) comparou os modelos de política habitacional dos governos de Fernando Henrique Cardoso com o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva; Magnabosco (2011) avaliou as políticas de subsídios habitacionais e sua influência na oferta de crédito e na dinâmica do mercado imobiliário no Brasil e no Chile; e Querioz (2012) analisou as incorporações imobiliárias registradas no município de Natal-RN, durante a década de 2000.

4.2 Proteção social

A segunda categoria foi sobre proteção social, com vinte textos identificados (22,2%). Eles versam sobre outra dimensão fundamental do FGTS, que é servir de fundo patrimonial individual, na forma de uma conta vinculada, que o trabalhador possa acessar em algumas situações específicas, como dispensa imotivada, aposentadoria e situações de calamidade.

O dilema entre ser, por um lado, elemento protetivo de natureza pecuniária para o trabalhador formal e, por outro, suprimir o direito à estabilidade no emprego após dez anos de vínculo é bastante abordado no debate geral sobre o FGTS, como foi possível verificar em Valeriano (2008), no contexto da ditadura militar; Teixeira (2018), no âmbito da discussão sobre direitos trabalhistas na Assembleia Constituinte pré-CF/1988; Sales (2006), em um contexto mais amplo de flexibilização na legislação trabalhista brasileira; e Faria (2020), em estudo comparativo com outras experiências internacionais de fundos semelhantes (Áustria, Chile, Colômbia e República da Coreia).

Três textos tiveram como objeto a inclusão do FGTS no rol de direitos sociais às empregadas domésticas em decorrência da Lei Complementar (LC) nº 150/2015. Maluf (2022) e Pereira (2020) abordaram o dilema entre a justiça social, ao proporcionar a essa categoria profissional direitos previstos na legislação para as demais, e a elevação de custos ao empregador, o que pode interferir na dinâmica de contratação ou manutenção de contratos de emprego. Por sua vez, Sousa (2019) analisou a disputa por esses novos direitos previstos na lei em conflitos judiciais no Tribunal Superior do Trabalho (TST), com foco no entrelaçamento das relações de gênero, raça e classes sociais.

A rotatividade no mercado de trabalho foi objeto de três estudos, cujas investigações tocaram nos seguintes temas: impactos da alteração da multa do FGTS (LC nº 110/2001) de 40% para 50% aplicada aos trabalhadores demitidos sem justa causa sobre a dinâmica dos desligamentos dos trabalhadores no mercado de trabalho formal (Ferreira, 2018); e possíveis incentivos adversos do desenho do FGTS a incidir sobre a decisão de trabalhadores e empregadores na rescisão do vínculo (Ferreira, 2015; Pinto, 2015).

Outros temas abordados nessa categoria foram: papel do FGTS como um plano de poupança e um provedor de seguro aos trabalhadores (Azevedo, 2022); impactos de saques extraordinários do FGTS no consumo das famílias (Brunelli, 2019); efetividade jurídica do caráter protetivo do FGTS ante a condição de demissão imotivada no mercado de trabalho brasileiro (Cornélio, 2019; Siqueira, 2013); desenho jurídico das informações para garantir aos trabalhadores o acesso a benefícios sociais, incluindo o FGTS (Oliveira, 2013); percepção do trabalhador sobre o FGTS como poupança compulsória (Castro, 2022); capacidade de manutenção da renda real do aposentado, tomando como base o papel dos saldos do FGTS para o trabalhador no momento da aposentadoria (Vitorino, 2019); exigência de recolhimento em contratos de trabalho temporários no setor público (Gonçalves, 2010); direitos inerentes às pessoas infectadas pelo vírus HIV para saque do FGTS (Mendes, 2018); e licitude da profissão de prostituta, o que lhe daria acesso a todos os direitos trabalhistas, entre os quais o próprio FGTS (Lacerda, 2015).

4.3 Arrecadação e saldos financeiros

A terceira categoria temática foi arrecadação e saldos financeiros, com doze textos (13,3%). Destacam-se nessa categoria três dimensões distintas. A primeira refere-se à elaboração de previsões de arrecadação mediante o comportamento de variáveis macroeconômicas fundamentais para a constituição do fundo, como produto interno

TEXTO para DISCUSSÃO

bruto (PIB) e nível de emprego formal no país. Com isso, eles buscam elaborar modelos de previsibilidade temporal de arrecadação com vistas a contribuir com as estimativas contidas em seu orçamento anual, para diferentes períodos, conforme encontrado em Marques Junior (2023), Pinheiro (2004) e Leite (2022).

A segunda dimensão diz respeito a estratégias institucionais de recebimento de dívidas e combate à inadimplência de devedores do FGTS. Nesse grupo encontram-se análises sobre: perfil de operações de crédito imobiliário com recursos do FGTS contratadas em âmbito nacional por clientes de renda baixa e média para identificar a probabilidade de inadimplência (Casaccia, 2019); influência da alteração nas regras de parcelamento da dívida com o FGTS sobre o recolhimento dos valores devidos (Parente, 2020); efeitos da estratégia de cobrança denominada Projeto Grandes Devedores (Progran) na arrecadação dos créditos (Oliveira, 2020); impacto da instalação de um grupo de trabalho (força-tarefa) com o uso de tecnologia e planejamento estratégico na cobrança de débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (Costa, 2020); grau de alinhamento dos sistemas coercitivos de cobrança dos créditos fiscais do FGTS às melhores práticas internacionais (Pereira, 2020); prazo prescricional aplicável ao FGTS (Bandeira, 2018); e pontos críticos e reflexões sobre o modelo jurídico de recuperação dos créditos do FGTS em face dos empregadores, tanto via trabalhadores quanto pela União (Carboni, 2011).

A terceira dimensão traz outros dois textos sobre riscos da permanência dos atuais índices de arrecadação líquida e das políticas de gestão adotadas quanto aos ativos do FGTS (Santos, 2017); e alterações nos saldos financeiros dos trabalhadores entre 2000 e 2019, tendo como base a influência de decisões governamentais (Oliveira, 2022).

4.4 Mercado de capitais

A categoria mercado de capitais ficou com oito textos (8,9%), incluindo estudos que refletem sobre a utilização de recursos do FGTS para fomentar investimentos em outros setores além daqueles previstos na Lei nº 8.036/1990, na forma de novos fundos incorporados ao seu patrimônio. Essa diversificação, embora tenha potencializado a rentabilidade dos recursos, levanta questionamentos sobre a priorização de interesses corporativos em detrimento das necessidades sociais.

Cinco textos trataram do FI-FGTS, criado em 2007. Alves (2023) analisou os conflitos de interesse na gestão dos investimentos. Em linha semelhante, Sales (2022) teve como objetivo fornecer um panorama da rede de relações organizacionais envolvidas

na aplicação dos recursos, e Monteiro (2023) investigou a estrutura de controle e monitoramento dos projetos financiados com recursos do FI-FGTS. Teixeira (2014) analisou o comportamento histórico das cotas de fundos de investimento na Bovespa, entre eles o FI-FGTS, de modo a verificar seu desempenho e seus benefícios. Já Silva (2023) buscou avaliar o desempenho dos ativos do FI-FGTS, comparando-o a *benchmarks* e analisando fatores determinantes.

Os demais textos analisam a participação do fundo no mercado de capitais a partir de instrumentos específicos. Cestaro (2023) analisou os investimentos pelo FGTS, sobretudo em Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), no período entre 2001 e 2020, com base nos termos de securitização dos certificados adquiridos, verificando as características dos imóveis lastreados a esses instrumentos financeiros. Por sua vez, Dametto (2021) analisou o processo de financeirização da produção do espaço urbano com recursos do FGTS no contexto do projeto Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da negociação de ativos financeiros na forma de Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac). A questão da financeirização também foi objeto de Torres (2021), ao analisar os efeitos dos incentivos fiscais do FGTS no mercado de crédito imobiliário.

4.5 Infraestrutura urbana

A categoria que versa sobre infraestrutura urbana ficou com sete textos (7,8%). Eles tratam das demais linhas de investimento dos recursos do FGTS além do setor habitacional.

A parte de saneamento básico foi a mais citada diretamente, com quatro textos que envolvem a importância do FGTS como fonte de financiamento do saneamento, sobretudo em municípios menores, com incapacidade de receitas próprias (Amaral Filho, 2021); processos de planejamento dos prestadores de serviços de saneamento básico diante das fontes de financiamento disponíveis no Triângulo Mineiro (Arantes, 2007); concentração regional dos investimentos de saneamento básico na região Sudeste, sobretudo os provenientes do FGTS (Ribeiro, 2019); e o desafio da universalização do saneamento básico, como primeiro princípio fundamental para a implantação da Lei nº 11.445/2007, compromisso assumido com a Declaração do Milênio referendada por 189 países (Costa, 2010).

Acerca do eixo de mobilidade urbana, identificou-se apenas o estudo de Cavalcanti (2015), que propõe um roteiro e um índice de sustentabilidade de projetos nessa área, considerando a região metropolitana de Curitiba-PR.

TEXTO para DISCUSSÃO

Complementando os textos dessa categoria, Oliveira (1999) analisou o fluxo de informações entre a Caixa (agente operador) e órgãos de governo sobre o fomento com aplicação de recursos financeiros do FGTS; e Paiva (2001) teve como objeto o processo de planejamento e gestão urbana a partir da crescente exclusão social e segregação espacial nas grandes metrópoles brasileiras.

4.6 Mudança institucional

A categoria denominada mudança institucional também foi composta por sete textos (7,8%), que tratam de alterações normativas na operacionalidade do FGTS ao longo do tempo, com enfoque nos interesses em jogo, seus fatores determinantes e algumas de suas consequências.

De forma mais abrangente, Cubero (2019) expressou sobre a importância histórica do FGTS para o financiamento de políticas de habitação popular, saneamento ambiental e infraestrutura urbana no Brasil, problematizando as diversas mudanças normativas ao longo de sua história a partir desse atributo essencial. Rodrigues (2016) também analisou o FGTS desde a sua origem e construção até sua finalidade e interesse, identificando experiências internacionais semelhantes.

Embora praticamente todos os textos tracem algum panorama histórico que remete à criação do FGTS, a maioria deles tem como ponto de referência a CF/1988. Nessa seara, Locatelli (2019) analisou as disputas, o desenho e a aplicação dos recursos do fundo a partir de 1998, como nas destinações voltadas ao financiamento habitacional e, mais especificamente, nos subsídios explícitos concedidos com os recursos do próprio fundo. Cruvinel Filho (2019) confrontou a conformação do FGTS na CF/1988 com as disposições infraconstitucionais, de modo a identificar sua natureza jurídica a partir da hipótese de que se trata de um empréstimo compulsório para o trabalhador, problematizando sua evolução e seus resultados como instrumento de política pública. Por sua vez, Nunes (2016) analisou a evolução e o tratamento constitucional dado ao tema do FGTS, bem como sua efetivação com a Lei nº 8.036/1990, culminando com a discussão prevista na ADI nº 5.090 sobre o índice de correção das contas vinculadas.

Ainda nessa categoria, Silva (2018a) abordou, tendo como base de fundamentação o conceito de prescrição no direito do trabalho, conflitos jurídicos em relação à cobrança judicial de depósitos não efetuados do FGTS que levou a novas decisões por parte do STF. Já Sena (2009) debruçou-se sobre diversas propostas de mudança e

flexibilização do FGTS em discussão à época e os possíveis impactos para trabalhadores, empregadores e governo federal.

4.7 Controle social

Outra categoria especificada foi controle social, um dos pilares de governança tripartite do FGTS. Foram identificados três textos (3,3%). Ioris (2020) avaliou se o controle social realizado pelos trabalhadores com relação à regularidade dos depósitos em suas contas individuais de FGTS tem a capacidade de produzir efeitos no resultado de sua arrecadação. O segundo texto é de Honorato (2020), que investigou o impacto da presença de mulheres nos colegiados da administração pública vinculados, à época, ao então Ministério da Economia, em especial o Conselho Curador do FGTS. Por fim, Silva (2018b) analisou a atuação das centrais sindicais no Conselho Curador, que compõem a bancada dos trabalhadores, com base na manifestação de seus representantes entre 2003 e 2010.

4.8 Outros

Outros onze textos (12,3%) não foram incluídos em nenhuma das demais características, seja por tratarem de temas muito específicos, seja por envolverem o FGTS apenas de forma indireta ou marginal. Ainda assim, optou-se por considerá-los, para dar uma visão mais abrangente da complexidade de temas que envolvem o arranjo institucional sobre o qual o fundo está edificado. Esses textos trazem os seguintes objetos de pesquisa: uma proposta de modelo agente-principal com mecanismo ótimo de auditoria para verificar níveis de encargos trabalhistas, fiscalização e punições no âmbito do FGTS (Araújo, 2005); o FGTS como um dos componentes de custo trabalhista para a cadeia produtiva do carvão vegetal (Imaña, 2011) e do eucalipto (Lacerda, 2016); a importância da governança climática no FGTS e sua relevância na alocação de recursos financeiros para promover práticas sustentáveis e reduzir as emissões de gases de efeito estufa no Brasil (Maciel, 2024); o FGTS como espécie de contribuição tributária especial (Alcântara, 2007); o FGTS como elemento do passivo contingencial em empresas de prestação de serviços de alimentação (Lucentini, 2002); composição de custos tributários de micro e pequenas empresas no Brasil em comparação com a Argentina (Pfeuti, 2014); a criação do FGTS no contexto de luta dos trabalhadores do setor calçadista em Novo Hamburgo-RS durante a ditadura militar (Scheer, 2020); o FGTS como um dos itens passíveis de incentivo fiscal e seus efeitos sobre a robotização na indústria de automóveis (Elias, 2023); o impacto do FGTS no custo da dispensa sem justa causa na contratação de funcionários, com base em uma análise microeconômica

TEXTO para DISCUSSÃO

(Perufo, 2015); e a concessão de créditos provenientes de direitos sociais do trabalho (FGTS e multa trabalhista) para a viabilização de programas de vagas para o ensino superior privado (Costa, 2021).

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou mapear e analisar a produção acadêmica que revela o estado da arte das pesquisas sobre o FGTS após quase seis décadas de funcionamento. Foram identificados noventa estudos acadêmicos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidos em instituições brasileiras de ensino superior espalhadas por todas as regiões do país, em programas de diferentes áreas do conhecimento. Os resultados auferidos fornecem um mapeamento temático que valida a hipótese de origem desta pesquisa, ao demonstrar o caráter multidimensional do FGTS como instrumento estratégico de política pública no Brasil.

A revisão sistemática dos textos demonstrou uma rica diversidade de padrões temáticos e evolutivos que reflete a complexidade institucional e as implicações socioeconômicas do FGTS. As análises conjuntas em cada categoria explicitaram o destaque dado à sua dupla função institucional: proteção social com a garantia financeira para trabalhadores em situações específicas, como demissão sem justa causa ou aposentadoria; e financiamento de infraestrutura urbana, em especial o setor habitacional para reduzir o déficit de moradia no país, mas também saneamento básico e mobilidade urbana. Outras questões técnicas, direta ou indiretamente ligadas a essas, também foram abordadas, tais como projeções e regras de arrecadação, mudança institucional, mercado de capitais, controle social, entre outras. Esses temas revelam não apenas o potencial do fundo em promover inclusão social, englobando diversos aspectos da vida dos trabalhadores, mas também as disputas políticas e jurídicas – entre os interesses dos trabalhadores, empregadores e governo – em torno de sua gestão e rentabilidade.

Em síntese, pode-se concluir que o FGTS se apresenta como um importante vetor de desenvolvimento nacional, transcendendo o âmbito meramente trabalhista. As pesquisas acadêmicas analisadas contribuem para a compreensão aprofundada de suas virtudes e ambiguidades. Futuros estudos podem avançar na exploração desses temas ou mesmo em questões ainda pouco investigadas, tais como impactos regionais diferenciados, relação com as desigualdades no mercado de trabalho e potencial de suas aplicações em questões prementes para uma estratégia sustentável de desenvolvimento, como a promoção de cidades mais sustentáveis e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, J. V. de. **Contribuições especiais: perfil constitucional**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- ALMEIDA, I. F. **Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ALVES, M. R. **O FI-FGTS em uma perspectiva de agente-principal**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2023.
- ALVES, N. L. **Funding habitacional no Brasil: histórico, importância e maturidade dos depósitos sem vencimentos**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Direito Público, Brasília, 2021.
- AMARAL FILHO, A. **A importância do FGTS como instrumento para financiar políticas públicas de saneamento básico**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.
- AMARAL FILHO, A.; VAZ, A. C. N. A importância do FGTS como instrumento para financiar políticas públicas de saneamento básico. **Revista Debates em Administração Pública**, v. 2, n. 9, 2021.
- ARANTES, B. R. M. **Financiamento dos sistemas de saneamento básico: estudo multicaso de três prestadores de serviços públicos do Triângulo Mineiro no período de 2001 a 2005**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- ARAÚJO, C. A. **Encargos trabalhistas, fiscalização e informalidade no mercado de trabalho brasileiro**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- AZEVEDO, R. R. **Essays on job displacement insurance policies in developing economies**. 2022. Tese (Doutorado) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2022.
- BALESTRINI, M. **O programa Minha Casa Minha Vida e o marco regulatório urbanístico do município: o caso de Araraquara**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- BANDEIRA, L. F. **O prazo prescricional aplicável ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a decisão do STF no ARE 709.212**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2018.

TEXTO para DISCUSSÃO

BARBOSA, A. L. N. H.; FOGUEL, M. N.; BILO, C. FGTS e fundos individuais de seguro-desemprego: análise comparativa entre países e efeitos no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 63, 2017.

BARROS, A. C. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2017.

BASTOS, R. D. **Economia política do imobiliário**: o programa Minha Casa Minha Vida e o preço da terra urbana no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

BRUNELLI, A. Q. **Three essays in macroeconomics**. 2019. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CAIXA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de gestão FGTS 2023**. Brasília: Caixa, 2024.

CARBONI, M. A. **Recuperação dos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**: revisão do atual modelo, em busca de efetividade. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARVALHO, C. E.; PINHEIRO, M. M. S. **FGTS**: avaliação das propostas de reforma e extinção. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 671).

CASACCIA, M. C. **Inadimplência em contratos imobiliários**: uma abordagem estatística. 2019. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Brasília, 2019.

CASTRO, R. F. T. de. **A influência do FGTS sobre a poupança voluntária**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

CAVALCANTI, C. de O. **Roteiro aplicado à avaliação de sustentabilidade de projetos de mobilidade urbana**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Positivo, Curitiba, 2015.

CESTARO, L. **FGTS e o mercado de capitais**: análise dos investimentos em certificado de recebíveis imobiliários. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

CORNÉLIO, R. L. L. **A efetividade da proteção contra a despedida arbitrária, ou sem justa causa, nas relações de emprego, prevista na Constituição Federal**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

COSTA, B. S. **Universalização do saneamento básico: utopia ou realidade – a efetivação do capital social na política pública do saneamento básico.** 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COSTA, E. R. da. **A tecnologia e estratégia na cobrança da dívida ativa da União.** 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, F. C. da. **Fies, Prouni e Proies (2003/2019): valorização do capital no ensino superior.** 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CRUVINEL FILHO, N. **O fundo constitucional de garantia do tempo de serviço e o FGTS instituído pela legislação ordinária.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2019.

CUBERO, M. C. **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: o financiamento da política habitacional, de saneamento e infraestrutura urbana.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

CUBERO, M. C.; MENDONÇA, A. R. R. **O FGTS e o financiamento habitacional e de infraestrutura urbana: avanços e recuos (2003-2018).** Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2020. (Texto para Discussão, n. 376).

DAMETTO, M. **Operação urbana consorciada da região do porto do Rio de Janeiro: a produção do espaço por meio da financeirização intraestatal.** 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2016.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **FGTS: seguro e fomento socioeconômico.** São Paulo: Dieese, 2007. (Nota Técnica, n. 49).

_____. **Algumas questões sobre o FGTS e o FAT.** São Paulo: Dieese, 2022. (Síntese Especial, n. 11).

DIEHL, L. M.; TRENNEPOHL, D. A importância do FGTS para o desenvolvimento brasileiro. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 23, 2011.

DRUM, C. L. **Déficit habitacional e impactos econômicos do programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Sul.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TEXTO para DISCUSSÃO

ELIAS, M. O. **Os incentivos fiscais federais como ferramenta para mitigação dos efeitos da robotização nas montadoras de veículo**. 2023. Tese (Doutorado) – Instituto de Direito Público, Brasília, 2023.

ELOY, C. M. **O papel do Sistema Financeiro da Habitação diante do desafio de universalizar o acesso à moradia digna no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FARIA, J. C. **O papel do FGTS na melhoria da política brasileira de proteção ao trabalhador desempregado**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

FERRANTE, V. L. B. **FGTS, ideologia e repressão**. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, A. de A. **Ensaio sobre a rotatividade dos trabalhadores sob a ótica do trabalhador, da empresa e do governo**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

FERREIRA, C. F. **Os impactos do FGTS no mercado de trabalho brasileiro: uma avaliação empírica com dados em painel**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

FIX, M. A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GONÇALVES, L. A. L. G. **A proteção ao trabalhador em face da nulidade da contratação pela administração pública**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

GONTIJO, M. F. **Crédito e o mercado imobiliário: uma análise empírica com dados brasileiros (2007-2014)**. 2017. Tese (Doutorado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

HONORATO, G. R. **O papel da mulher nas decisões dos órgãos colegiados: uma análise no âmbito do Ministério da Economia**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Brasília, 2020.

IMAÑA, C. R. **A tributação na produção do carvão vegetal e do ferro gusa**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

IORIS, R. A. **Fiscalização do cumprimento das obrigações do FGTS: efetividade do controle social**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

LACERDA, K. W. de S. **Influência dos custos tributários na produção de madeira de eucalipto em tora em diferentes cenários**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, 2016.

LACERDA, R. R. D. de. **Reconhecimento do vínculo empregatício para o trabalho da prostituta**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEITE, F. F. **Previsão da arrecadação do FGTS através de modelo de séries temporais**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

LIMEIRA, U. R. **Evolução da produção habitacional de dezenove capitais brasileiras – 1967/1987**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

LOCATELLI, P. B. **As disputas, o desenho e a aplicação dos recursos do FGTS entre 1998 e 2017**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2019.

LUCENA, C. A. G. de. **A política habitacional brasileira a partir de uma perspectiva crítica: a habitação social de mercado em questão**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2023.

LUCENTINI, J. C. **Uma contribuição para avaliação do passivo contingencial em empresas de prestação de serviços de alimentação: um estudo de caso**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Campus Liberdade, São Paulo, 2002.

MACEDO, R. W. **Crédito imobiliário no Brasil**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.

MACIEL, A. F. **Finanças climáticas (climate finance): diretrizes para implementação da governança climática no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2024.

MAGNABOSCO, A. L. **A política de subsídios habitacionais e sua influência na dinâmica de investimento imobiliário e no déficit de moradias do Brasil e do Chile**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MALUF, F. C. **O impacto da PEC das Domésticas (Lei Complementar nº 150/2015) no emprego, formalização e judicialização da categoria**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2022.

MARQUES, F. E. F. A. **O problema do funding no mercado de crédito para habitação no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

TEXTO para DISCUSSÃO

MARQUES JUNIOR, R. **Estudo sobre a arrecadação do FGTS**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Brasília, 2023.

MARTINS, A. R. **Programa Minha Casa Minha Vida: uma análise da política habitacional para a população de baixa renda no Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARTINS, S. P. **Manual do FGTS**. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, F. S. B. **Análise comparativa entre a aquisição dos imóveis financiados e o valor dos aluguéis: um estudo do programa Minha Casa, Minha Vida**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MENDES, L. F. **Os direitos inerentes às pessoas infectadas pelo vírus HIV: saque do FGTS**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Rondônia, Porto Velho, 2018.

MENDONÇA, A. R. R. de et al. Crédito habitacional: o ciclo recente teria sido possível sem o sistema público de financiamento? *In*: PRATES, D. M.; TERRA, F. H. B. (Org.). **O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros**. São Paulo: AKB, 2018.

MONTEIRO, R. S. **Efetividade da implementação dos projetos financiados com recursos do FI-FGTS, por meio de investimento em participação societária, geridos pela Caixa**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Direito Público, Brasília, 2024.

NUNES, F. S. **O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o desenvolvimento brasileiro – propostas legislativas em face da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) 5090/DF**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, A. A. **As alterações nos saldos financeiros do FGTS no período 2000-2019**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

OLIVEIRA, C. H. de. **Da tutela das informações sociais do trabalhador à garantia efetiva de acesso aos benefícios previdenciários**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, C. S. de. **Análise dos efeitos do projeto grandes devedores na arrecadação dos créditos em dívida ativa da União e do FGTS**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, F. E. B. et al. **A rentabilidade do FGTS**. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 637).

OLIVEIRA, J. F. C. de. **Obtenção de crescente eficiência e eficácia no fluxo de informações entre a Caixa e os órgãos governamentais na área de fomento – habitação e saneamento – do setor público e com aplicação de recursos do FGTS**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

PAIVA, C. C. **Planejamento e gestão urbana: uma análise crítica da experiência brasileira**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PARENTE, R. O. P. **Os impactos das políticas de parcelamento sobre o recolhimento dos valores do FGTS**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

PEREIRA, T. M. **Impactos da Lei Complementar no 150 sobre o emprego de trabalhadoras domésticas**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

PEREIRA, V. H. R. **Da coerção à conformidade: um balanço entre as estratégias dissuasivas na cobrança fiscal de Brasil, Estados Unidos e Portugal**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

PERUFO, J. V. **O impacto do custo da dispensa sem justa causa na contratação de funcionários e a avaliação de programas de apoio financeiro à pós-graduação: uma abordagem por opções reais**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, 2015.

PFEUTI, M. de L. M. **A carga tributária em uma empresa do Brasil: um estudo comparativo com uma simulação dos tributos na Argentina**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2014.

PINHEIRO, A. F. **Modelos univariados de séries temporais para previsões de curto prazo da arrecadação nacional do FGTS**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

PINTO, R. de C. C. **Three essays on labor market institutions and labor turnover in Brazil**. 2015. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

QUEIROZ, L. A. P. **Incorporações imobiliárias: ciclos, financeirização e dinâmica espacial em Natal/RN**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

TEXTO para DISCUSSÃO

RIBEIRO, L. D. **Leis de escala nos gastos com saneamento básico**: dados do SIOP e DOU. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, A. M. **FGTS**: afinal interessa a quem? Assimetrias funcionais à luz de sua origem, correção e destinação. 2016. Dissertação (Mestrado) – Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2016.

ROSSBACH, A. M. C. **Financiamento habitacional no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROYER, L. de O. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SALES, M. L. de. **A relação entre o público e o privado no investimento em infraestrutura**: o caso do FI-FGTS. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SALES, R. G. R. **O princípio protetor no contexto da flexibilização do mercado de trabalho**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTOS, P. D. **Análise dos riscos da permanência dos atuais índices de arrecadação líquida e das políticas de gestão adotadas sobre os ativos do FGTS**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Boa Viagem, Recife, 2017.

SCHEER, M. I. **Experiências de trabalhadoras e trabalhadores do calçado durante a ditadura**: resistências cotidianas, lutas por direitos e protestos públicos em Novo Hamburgo/RS (1968-1979). 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SENA, R. M. **FGTS**: análise das propostas de flexibilização. 2009. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, M. R. **Análise de desempenho do FI-FGTS** – performance relativa e fatores explicativos. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Direito Público, Brasília, 2023.

SILVA, M. S. **Fundos de investimento e financiamento de projetos de infraestrutura**: uma leitura da configuração institucional e do desempenho operacional do FI-FGTS. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2486).

SILVA, P. A. da. **A prescrição do FGTS à luz do princípio da proteção**: análise crítica do discurso jurídico do STF no ARE 709.212-DF. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018a.

SILVA, P. R. **Análise da atuação das centrais sindicais no âmbito do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nos anos de 2003 a 2010.** 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018b.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H. L.; COSTA, J. S. de M. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil.** Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SIQUEIRA, C. B. de. **Uma releitura do FGTS sob a perspectiva da teoria dos direitos fundamentais sociais.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2013.

SOUSA, J. **A moral das senzalas e o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo: luta coletiva e [sub]representação do conflito nos tribunais da justiça do trabalho.** 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SOUZA, F. da S. **O aprofundamento de desigualdades no espaço do trabalhador a partir do programa “Minha Casa Minha Vida” no município de Nova Iguaçu-RJ.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, I. S. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e suas peculiaridades no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Themis**, v. 13, 2015.

SOUZA, V. E. S. **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como fonte de financiamento do programa Minha Casa Minha Vida: uma análise no município de Petrolina.** 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2024.

TEIXEIRA, G. F. **Comportamento dos fundos de investimentos imobiliários no mercado de capitais da BM&FBovespa: estudo de caso do FII BTG Pactual Corporate Office Fund.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

TEIXEIRA, V. E. B. **Direito ao rompimento patronal imotivado: o ataque contra a classe trabalhadora.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TORRES, R. S. **O circuito financeiro imobiliário no Brasil: aspectos recentes do processo de financeirização.** 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TRIANA FILHO, A. **Habitação popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

TEXTO para DISCUSSÃO

VALERIANO, M. D. **O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista**: o fim da estabilidade no emprego e o FGTS. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

VASCONCELOS, J. B. **Função econômica dos contratos de financiamentos imobiliários e o direito fundamental à moradia**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

VITORINO, A. A. **A necessidade de um instrumento complementar ao regime geral de previdência social**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Vivian Barros Volotão Santos

Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

Editores

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Acesse nossas publicações



Acompanhe nossas redes sociais



Composto em roboto regular 10/12 (texto)
Roboto regular, bold, black 12/14 (títulos)
Roboto regular 10 (gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO